

Introdução

A atual revolução tecnológica, a “revolução da informação”, não deve ser considerada como uma “terceira revolução industrial”. A confusão entre esses conceitos, comum entre autores consagrados, dificulta a percepção das questões realmente em jogo na entrada do século XXI. A revolução da informação rompe com preceitos capitalistas fundamentais, estabelecidos anteriormente pela revolução industrial. Nesta, a articulação entre economias de escalas, automação rígida e volume crescente de emprego (proveniente da vigorosa expansão da economia urbano-industrial) proveram um consumo afluyente tanto da parte dos empreendedores como dos trabalhadores, materializando o lucro que realimenta o processo de acumulação capitalista de mais investimentos.

Fruto de três séculos de evolução do capitalismo mercantil em direção ao capitalismo produtivo, a revolução industrial pode ser considerada uma revolução tecnológica, como outras que a precederam. Ela estabeleceu novos padrões de se produzir materialmente, bem como de se organizar socialmente a produção, viabilizando uma nova racionalidade de reprodução, ampliação e aprofundamento das estruturas de poder econômico que progressivamente se tornavam hegemônicas. Nas fronteiras do capitalismo, vinha à luz a chamada subsunção real do trabalho ao capital: além de só se poder trabalhar em condições de assalariamento, era necessário aceitar o ritmo imposto pelas máquinas e a lógica dominante da acumulação capitalista.

Para além das questões estritamente tecnológicas, das formas de produção de excedente econômico, tratadas no âmbito

do processo de trabalho, o impacto da revolução industrial abrangeu inclusive as formas predominantes de interação entre os agentes econômicos, sociais e políticos. Investimentos em fábricas muito maiores e mais produtivas engajavam trabalhadores em grande quantidade, gerando remunerações do trabalho e do capital, que, por sua vez, retornavam ao circuito econômico por meio de um afluente consumo — final ou produtivo. Realimentava-se assim o ciclo virtuoso socialmente legitimador das formas de geração e apropriação de excedente econômico que o capitalismo produtivo trazia consigo e que a revolução industrial concretizava. Constituindo-se ao mesmo tempo como o pólo dinâmico e a fronteira da acumulação da riqueza social, a produção industrial tornou-se uma das características típicas de uma era que se iniciava, a Era Moderna.

As principais tendências tecnológicas e econômicas então delineadas foram sendo aprofundadas, configurando-se progressivamente em uma nova etapa do desenvolvimento industrial, especialmente a partir do último quartil do século XIX. A aceleração desse processo de transformações técnicas e organizacionais foi tal, a ponto de se dizer por vezes que, no período, ocorreu uma segunda revolução industrial. Novamente, é preferível não usar essa denominação, e sim dizer que a revolução industrial (e o capitalismo industrial a ela associado) passou, então, por um processo de amadurecimento em direção à produção e ao consumo em massa de bens padronizados que chegou a um clímax, a um ponto “ótimo”, com o fordismo.

Aqui, entretanto, a diferença de nomenclatura não tem tanta importância. É consenso que a aplicação mais sistemática de desenvolvimentos científicos ao aparato produtivo, a criação de uma base técnica própria e adequada ao capitalismo industrial, formas emergentes de organização social da produção compatíveis com e propícias ao novo padrão de consumo em massa, especialmente de bens duráveis, e novas formas de relacionamento da indústria com os agentes financeiros, além da utilização generalizada de novas fontes de energia, alavancaram tre-

mendamente o processo de acumulação de riqueza na forma capitalista. Mas se esse conjunto de elementos de fato contribuiu significativamente para que o desenvolvimento do capitalismo mudasse de etapa, isso foi feito no sentido do aprofundamento da dinâmica econômica inerente à industrialização, potencializando, assim, o ciclo virtuoso do início da revolução industrial: investimento, emprego, renda, consumo, lucros, mais investimento. Falar de uma segunda revolução industrial, nesse contexto, faz algum sentido, pois esse conjunto de transformações não só alavanca a produtividade social como potencializa as “virtudes” da acumulação capitalista com base na produção industrial.¹

Depois disso, o estado de coisas começou a mudar e bastante. A revolução tecnológica ora em curso, apesar de ser conseqüência do próprio desenvolvimento capitalista e de abrir amplos horizontes em termos de espaços de acumulação, tem viabilizado o rompimento de algumas das tendências anteriores, fundamentais àquele desenvolvimento. Isso ocorre seja porque o acúmulo e o excesso das transformações quantitativas acaba provocando mudanças qualitativas no fenômeno em questão, seja porque a natureza em si das tecnologias implica um modo qualitativamente distinto de articulação entre os elementos e os agentes econômicos, sociais e políticos; ou, ainda, pelas duas razões. De qualquer maneira, o acirramento das contradições características da etapa anterior, provocado pela mudança da base técnica, parece, portanto, ter produzido também o rompimento do ciclo virtuoso do capitalismo, que agora se tornou um círculo vicioso. Os beneficiários do sistema nos diversos níveis de análise tendem a concentrar-se em um número relativamente menor de agentes individuais e coletivos que, “entropicamente”, parecem exportar o “mal-estar” provo-

1. Essas virtudes seriam “autopoiéticas”, na concepção de Théret (1998), ou seja, resultantes de mecanismos que lhes sejam internos e reproduzam os elementos que as compõem.

cado pelas contradições nas quais estão envolvidos para as respectivas periferias.²

O paroxismo a que chegaram as distorções provocadas pelos mecanismos vigentes de distribuição dos benefícios da produção social (em particular, da renda) parece inviabilizar a reprodução ampliada dos circuitos de acumulação social de riqueza nos termos tradicionais do capitalismo industrial. Agora, o indivíduo genérico parece *não* mais *conseguir* trabalhar empregado no âmbito das relações capitalistas de produção. Globalmente considerado, não há assalariamento suficiente³ para manter as taxas estruturais de reprodução ampliada. Nem, no plano individual, o aumento da produtividade que alimenta a extração do excedente depende mais da intensificação do ritmo de trabalho. Mudam de qualidade o sentido e a natureza da acumulação contemporânea. Do inerente conflito entre os agentes de produção, fenômeno típico do capitalismo moderno, passa-se à prática da “concertação” (busca de entendimento para ações e políticas estratégicas coordenadas) explícita entre os agentes econômicos, sociais e políticos, dado que o sistema não mais “fecha” economicamente,⁴ ou seja, o circuito econômico necessita de elementos não-capitalistas para preencher as crescentes lacunas de seu dinamismo.⁵

Não caberia portanto falar de uma nova revolução industrial (terceira ou quarta), e sim de uma revolução tecnológica

2. Quanto maior a entropia de um sistema, mais ele tende à inanição.

3. Trata-se aqui do volume de renda proveniente de horas de trabalho assalariado que deve retornar ao mercado na forma de capacidade de compra, demanda efetiva, que realimenta o processo de acumulação social.

4. A formulação de que “o sistema não mais ‘fecha’ economicamente”, devo-a a Fábio Silos Sá Earp.

5. O problema talvez não seja tão evidente nos pólos dinâmicos da acumulação social (nos centros desenvolvidos), porque ele é transferido para as respectivas periferias do conjunto do sistema capitalista. Desse modo, incomoda menos ao cotidiano dos “tomadores” de decisões.

distinta, associada a uma outra etapa do próprio desenvolvimento capitalista, na qual provavelmente novas lógicas de valoração das mercadorias prevalecerão sobre o “tempo de trabalho socialmente necessário” à sua (re)produção. Rendas de toda natureza — provenientes seja do monopólio tecnológico, seja do controle da violência — superpõem-se, nos mercados, ao tradicional conceito de trabalho, impondo a redefinição de seus fundamentos sociais.

A noção de revolução tecnológica será discutida logo no primeiro capítulo deste livro, precedida pela recuperação da noção de excedente como categoria fundamental da vida econômica: afinal, não é em torno do excedente econômico, de sua produção e apropriação que se dá grande parte das disputas de poder que organizam a vida nas sociedades? O domínio das técnicas é, via de regra, instrumento das relações de poder social. A partir da difusão das relações capitalistas de produção, as transformações tecnológicas aceleraram-se com uma frequência sem precedentes, por tornarem-se núcleos geradores da própria dinâmica propulsora do capitalismo moderno: a concorrência. A revolução industrial é a concretização, na forma de uma revolução tecnológica, de profundas transformações no próprio modo de produção iniciado com a revolução mercantil, que havia ampliado sobremaneira não só os espaços de acumulação mercantil como também o alcance das relações capitalistas de produção. A partir de então, estas tornavam-se hegemônicas, e o valor do trabalho fundava a acumulação produtiva.

Nesse sentido, como se verá no segundo capítulo, no período de cerca de três séculos de transformação progressiva do chamado capitalismo mercantil em capitalismo produtivo, a relação entre os agentes econômicos, especialmente entre o trabalho e o capital, foi sendo moldada pela divisão capitalista do trabalho que fermentou a produtividade até tornar propício o surgimento de uma nova revolução tecnológica. Ponto culminante desse longo processo, a revolução industrial em si será discutida no terceiro capítulo. Sob a ótica das relações sociais

da produção, ela tem como principal característica ser uma onda de cristalização do conhecimento humano, no caso, materializado no trabalho fabril, em máquinas e equipamentos que têm a forma social de capital fixo. Com a indústria, houve um desenvolvimento extraordinário do capitalismo produtivo. E, como foi mencionado acima, com ele, viria a modernidade.

Mas se a “deflagração” da revolução industrial foi um momento de inflexão na história econômica centrada na Inglaterra, ela está longe de ter sido o fim do desenvolvimento do capitalismo produtivo. O eixo das mudanças que se seguiram irradiou-se e difundiu-se, em medidas e com conseqüências distintas, pela Europa Setentrional e para o Novo Continente. Em particular, as experiências alemã e norte-americana de industrialização, inclusive alavancadas pelo papel do novo capital financeiro (de participar diretamente do risco dos novos empreendimentos), no final do século XIX e no início do século XX, foram muito vigorosas, contribuindo bastante para, independentemente da denominação que a isso se dê, elevar o capitalismo moderno e a revolução industrial a ele associada a um novo patamar. É importante salientar, assim, que as mudanças nos focos de irradiação dinâmica do sistema capitalista que se desenvolvia não foram apenas geográficas. As formas de extração de excedente pelo aumento da produtividade do trabalho e do desenvolvimento tecnológico e organizacional continuaram a revolucionar as forças produtivas, no capitalismo, ainda que no mesmo sentido virtuoso de realimentação da lógica prévia de apropriação do excedente econômico. As mudanças nos parâmetros e variáveis geraram dinamismos qualitativamente distintos, mas que não eram antagonísticos ao desenvolvimento capitalista da época; ao contrário, aprofundavam-no.

Apoiado afinal em uma base técnica que lhe era própria — a eletromecânica —, o capitalismo moderno, cada vez mais capitaneado pela economia norte-americana, adentrou o século XX anunciando o desenvolvimento da produção em massa de mercadorias padronizadas a serem consumidas por uma po-

pulação trabalhadora crescente e afluenta. Isso será objeto do quarto capítulo. A maior parte do contingente de trabalhadores industriais passou por um nítido processo de desqualificação, em decorrência do comando do capital sobre o desenvolvimento dos processos de produção material, caracterizado, ainda e crescentemente, pelas grandes escalas e pela automação rígida, bem como pela difusão do taylorismo e do fordismo. Apesar disso, o trabalho continuava a ocupar um papel preponderante na criação da riqueza social, seja porque a automação rígida ainda continha muita porosidade a ser preenchida pelo emprego, seja porque a crescente massa salarial, tornada consumo, ainda provia uma realimentação vigorosa dos circuitos de acumulação, permanecendo desse modo como um dos elementos fundamentais do contrato social.

O fim da Segunda Guerra Mundial, além de tornar evidente a hegemonia americana, trouxe em si a semente de uma nova revolução tecnológica. Os mesmos princípios de técnica eletrônica que permitiram os cálculos científicos da bomba atômica foram sendo progressivamente miniaturizados, tendo seus custos reduzidos e seu potencial técnico ampliado enormemente. Tornaram-se economicamente viáveis, então, a automação flexível, a transportabilidade dos serviços e a configuração de espaços virtuais de interação e simulação da realidade, entre outras “maravilhas” dessa virada de século. A mudança de base técnica tem promovido uma nova onda de incorporação do saber trabalhador — diferente daqueles típicos da revolução industrial — em elementos de propriedade do capital. As características materiais dessa nova revolução tecnológica são delineadas no quinto capítulo, em que se discute também o impacto sobre as qualificações do trabalho na nova base técnica.

Em simultâneo, enquanto os 30 anos de ouro reluziam no Ocidente, e sobretudo na Europa, apoiados nas modernas técnicas fordistas e em relações salariais pujantes, começaram a ser desenvolvidas no Japão, também como rescaldo da Segunda Guerra Mundial e por condições muito peculiares à história

daquele país, tecnologias de organização social da produção alternativas à tendência de alienação do trabalho e de separação hierárquica entre atividades de concepção e execução, delineadas pelo capitalismo moderno. A utilização crescente de práticas cooperativas entre os agentes produtivos, atenuando o cunho conflitivo inerente ao capitalismo moderno, mostrou-se particularmente eficaz no sentido da obtenção de aumentos de produtividade material e do estabelecimento de novos padrões de eficiência econômica. Esse é o tema do sexto capítulo.

A década de 1970 foi marcante tanto no que diz respeito às crises que ocorreram (o rompimento do padrão monetário/financeiro internacional, as crises do petróleo etc.) como à difusão da base técnica microeletrônica que passava a se impor. Além disso, aos poucos, começou-se a reconhecer no Ocidente que tecnologias alternativas de organização social da produção, como as referidas no parágrafo anterior, podiam render mais frutos para o aumento da produtividade e para o atendimento de uma demanda diferenciada do que a simples adoção de equipamentos “tecnicamente” mais produtivos. Com as crises, os padrões de demanda alteravam-se e segmentavam-se ainda mais, recolocando e incrementando as pressões sobre a estrutura da oferta. Com as novas tecnologias materiais e organizacionais, a oferta pôde mudar de natureza: a flexibilidade deixava de depender exclusivamente de trabalhadores qualificados e incorporava-se a equipamentos automatizados, mas controlados digitalmente. Conseguia-se automatizar a produção em pequena escala e flexibilizar a produção em massa.

Seguindo no tempo, pode-se dizer que, do ponto de vista tecnológico, a década de 1980 foi a década dos micros (dos PCs); e do ponto de vista econômico, foi a década da reacomodação financeira (crise dos juros, da dívida etc.), que preparou de fato as transformações que adviriam na década de 1990, de liberalização dos mercados locais e de consolidação dos mercados globais. A operação em tempo real desses mercados globalizados, importante elemento constituinte de sua expansão,

insuflada pelos mecanismos da concorrência intercapitalista, foi viabilizada pelo extraordinário desenvolvimento de apuradas técnicas e dispositivos de processamento, memória e comunicação a longa distância, fazendo com que essa fosse conhecida como a década das redes, a década da internet. Em um exercício de futurologia, pelo andar da “carruagem virtual” ao longo do espaço cibernético, a primeira década do século XXI será a dos sensores e da bioengenharia, e o século XXI, palco da adolescência da revolução da informação, visto que ela está apenas começando. Pelos espaços da acumulação, será o tempo de restabelecer ou recriar mecanismos de inclusão da grande massa da população mundial nos mecanismos de reprodução econômica, bem como de garantir a sobrevivência da espécie humana na superfície do globo terrestre, se possível, melhorando sua qualidade de vida, até porque duplicar a expectativa de vida média da população mundial neste século está longe de ser uma especulação absurda.

Ademais, se a tecnologia é cada vez mais intensamente incorporada a produtos e processos produtivos, dispensando contingentes crescentes de trabalhadores assalariados, pelo menos em termos relativos, a ponto de fraturar o contrato social capitalista em vários itens, cabem algumas perguntas. Qual será o mecanismo que passará a incorporar as pessoas, articulando-as socialmente ao processo de reprodução das economias contemporâneas? Se não é o engajamento em algo socialmente validado para o consumo, será o que, então?⁶ Será possível reverter a tendência histórica de acirramento da concentração de renda e fazer com que uma parte substancial da oferta econômica seja guiada pela demanda social global?

Em tempos de “globalização desvairada”, os circuitos internacionalizados do capital, construídos pelo comércio mas tam-

6. Duas outras perguntas daí decorrem de imediato: o que precisamente será engajamento? Quais serão as formas possíveis ou viáveis de validação social dos mecanismos econômicos?

bém pelos direitos de propriedade e pela configuração de rendas de monopólio de diversas naturezas, constituem-se como vasos intercomunicantes que promovem transferências de excedentes econômicos e verdadeiros drenos nos fluxos de renda e nos estoques de riqueza. Os centros de tomada de decisão desprezam as condições sociais locais, já que habitam regiões beneficiadas diretamente por esse sistema de poder, ou habitam *bunkers* sociais, fermentando a indústria da segurança.

Buscar traçar as possíveis vinculações entre trabalho e tecnologia que resultam em processos de acumulação de riqueza social não é uma tarefa trivial. Neste livro, procurei reproduzir a estrutura básica de diversos cursos e muitas das conferências que ministrei nos últimos dez anos. Depois de tratar da teoria, em uma perspectiva histórica, vinha a questão inevitável: e o Brasil? Pode-se dizer, então, que este livro obedece a lógicas distintas na primeira e na segunda parte.

Em uma abordagem histórico-teórica, a primeira parte do livro estabelece mais as vinculações do trabalho com a acumulação pelo lado do processo de trabalho e da tecnologia envolvida nos processos de produção usualmente utilizados na manutenção da fronteira de acumulação de capital, ou, de maneira mais ampla, da riqueza social.⁷ Enfocando a questão sob uma perspectiva mais atual, um outro espectro de possibilidades de articulação dos agentes econômicos, sociais e políticos está surgindo agora, quando algumas das fronteiras do capitalismo contemporâneo ocupam os espaços de acumulação real abertos (virtualmente ou não) pelas novas tecnologias de informação.

Se a proposição aqui defendida — de que esta é, sim, uma revolução tecnológica distinta, e não mais um mero “aperfei-

7. Essa parte toma como referência para a reflexão as chamadas indústrias de montagem, em detrimento, por exemplo, das de processo contínuo. Entendo que a lacuna é justificável, pois em relação a estas últimas, via de regra, as tendências discutidas apresentam-se de maneira ainda mais contraditórias.

çoamento”, em outro nível, do dinamismo associado à revolução industrial — está correta, então, dentro de muito pouco tempo, o capitalismo não será mais aquele, ainda que possa preservar algumas de suas características essenciais. Nesse caso, saber distinguir que elementos serão efetiva e fundamentalmente novos, e quais deles serão meras recorrências de comportamentos e lógicas de funcionamento anteriores, travestidos de uma certa novidade formal, é decisivo para delinear mais precisamente o arcabouço teórico dessa discussão. Revestem-se assim de grande importância as indagações sobre as novas tendências das formas sociais de articulação econômica dos agentes produtivos.

Na segunda parte do livro, muda-se a maneira de tratar os objetos de análise, até porque estes são agora outros. Passa-se, portanto, de uma análise abstrata, teórico-histórica, das condicionantes da formação e do desenvolvimento de um modo de produzir e de regular a atividade econômica em geral, para o caso concreto de um país impregnado e em grande parte ainda dominado por relações de poder prévias ao capitalismo produtivo. Trata-se aqui de traçar uma perspectiva sobre o caso brasileiro, em que as “linhas de fuga” são o papel do trabalho no processo de acumulação da riqueza social, bem como da distribuição de renda na dinâmica da economia brasileira.

O frágil “contrato social”, se é que se pode assim chamar, herdado do período colonial utilizou-se de formas pré-capitalistas de produzir, de modo que, com o trabalho estruturalmente desvalorizado, os graus de espoliação prevalentes nas principais atividades econômicas locais fossem bastante mais elevados do que aqueles encontrados em atividades equivalentes nas economias mercantis e capitalistas mais desenvolvidas. Para estas fluía (e ainda flui) grande parte dos frutos dessa espoliação, permitindo que, mesmo adentrando a fase de industrialização brasileira, taxas extraordinárias de produção de excedente fossem apropriadas internacionalmente. Isso era (e ainda é) possível simplesmente pelo fato de que o custo de reprodu-

ção social do trabalho local é dramaticamente mais baixo do que os padrões vigentes nas fronteiras do capitalismo. Cumpre ainda adicionar as diferenças de produtividade tecnológica, para se obter uma drenagem de excedente econômico bastante significativa. Esse dreno sempre passou pelo sistema reprodutor do capitalismo no nível internacional, incluindo de maneira dependente e subordinada a economia brasileira. Mesmo que essa inclusão tenha se dado de formas diversas ao longo do tempo, a produção social no Brasil sempre foi levada a efeito de modo a promover a concentração de riqueza em menos mãos e nos bolsos de um menor número de pessoas, dentro e fora do Brasil.

Em termos da acumulação social, considerações dessa natureza sobrepõem-se, em outro nível de análise, àquelas sobre a ordem e a dinâmica do processo de trabalho. Para além do papel que as especificidades dos processos de trabalho locais possam desempenhar nos circuitos de acumulação em que estão inseridos, o dinamismo desses circuitos costuma provir em grande parte de fora do Brasil e ser implementado com a ajuda do poder político local, cúmplice e também beneficiário da persistente sangria da riqueza nacional em direção ao exterior. Lamentavelmente, com algumas e significativas exceções, essa tem sido a tradição brasileira. Mas é importante salientar também que a própria questão nacional tem sido mal equacionada, mesmo pelos chamados segmentos progressistas “de esquerda”, pois a luta em defesa do capital nacional, nos termos tradicionais, tem sido em grande medida infrutífera e tem desaguado em muita decepção.⁸

Analisando-se pela ótica da Escola da Regulação francesa, parece que as relações salariais que deveriam realimentar o processo de acumulação endógena na economia brasileira foram

8. Na mesma ordem de questões está a posição equivocada de oposição irrestrita ao chamado processo de globalização, quando se deve, isto sim, buscar uma proposta alternativa de inserção nesse processo que é, a meu juízo, inevitável, tornando-o saudável sob determinadas condições.

permanentemente atrofiadas. “Desde sempre”, as fontes de dinamismo capitalista dependeram fortemente de processos de decisão calcados em interesses externos à economia brasileira e, até certo ponto, prescindiam do dinamismo do mercado interno, particularmente do assalariamento do fator trabalho como fonte de tal dinamismo para realimentar os processos de acumulação social. O que se dirá agora, quando se vive uma nova onda de aumentos de produtividade, fruto direto da nova revolução tecnológica, ou, indireto, resultante da necessidade de se manter o país competitivo em mercados crescentemente globalizados.

A construção de um “mundo digitalizado” acena com um agravamento da exclusão, e de maneira não homogênea, dependendo de onde se esteja nas relações particulares entre centros e periferias. A questão é de dupla natureza. Primeiro, quem é periferia de quem? A pobreza no Harlem é menor do que a pobreza na favela da Maré, que é menor do que a dramática condição de sobrevivência em inúmeros países africanos, onde populações inteiras, com baixíssimos padrões de vida, estão sendo dizimadas, sem que isso pese sobre as decisões dos detentores do poder econômico e financeiro internacional. Mas a distinção não é meramente geográfica, até porque tanto a distância entre centro e periferia reduziu-se a uma rua,⁹ como porque o acesso ou não às novas tecnologias de informação implica também um *digital divide*¹⁰ importante e atual o suficiente para ser o tema central do Relatório Mundial do Emprego 2001, da Organização Internacional do Trabalho. Na busca das possíveis saídas econômicas para os impasses sociais que

9. Afinal, a “periferia bate à sua porta”, como bem mostrou recente reportagem de capa de uma importante revista de circulação semanal no Brasil. Nos centros urbanos, não é mais possível manter a periferia longe. Por maior que seja o aparato de segurança, haverá sempre a ação dos *hackers*, como em Davos.

10. Polarização econômica, social e política entre os que têm e os que não têm acesso à tecnologia digital.

atualmente se configuram no Brasil, cabe portanto recolocar perguntas que assolam o capitalismo contemporâneo de maneira geral.

Quão importante o trabalho ainda é para a produção da riqueza social? Qual o papel dos fatores de produção — capital e trabalho — e como eles devem interagir no processo de desenvolvimento econômico e social de uma nação ou região? Com a nova revolução tecnológica, o trabalho acumulado (particularmente a inteligência trabalhadora), cristalizado logaritmicamente em máquinas, equipamentos e programas os mais diversos, terá, por assim dizer, se “autonomizado”, em termos de geração de valor, em relação ao trabalho vivo que os opera quotidianamente? Como a relação entre os meios de produção e a forma social de operá-los altera a quantidade dos benefícios e a forma de distribuí-los entre os agentes de produção diretos e indiretos? Será possível domesticar (ou domar) o capital financeiro minimamente, de modo que se torne disponível para, mais do que minorar a miséria caritativamente, alavancar a riqueza *social* em âmbitos locais, regionais e nacionais?

No sétimo e no oitavo capítulos, alguns desses temas serão retomados, à luz da história do Brasil, realçando-se os macrocondicionantes do papel do trabalho no desenvolvimento econômico do país, para que, no último capítulo, se possam equacionar algumas das principais questões e conjuntos de decisões que estão em jogo no processo contemporâneo de acumulação da riqueza social. Ainda que o tratamento a ser dado aqui possa não representar mais do que um simples arranhão na identificação das características do futuro que se aproxima celeremente, espero que o esforço feito possa servir para ajudar a criar de maneira mais eficaz o esboço de caminhos para a construção de um país mais rico e socialmente justo.